

**Principais notícias divulgadas por sites relacionadas ao Programa Bolsa
Família**

Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2007

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio eletrônico do PNUD

Assistente de Pesquisa: Silvia A. Zimmermann

Introdução

Em junho foram coletados na mídia selecionada 8 notícias referentes ao Programa Bolsa Família. Entre outras notícias vinculadas ao PBF, registrou-se 3 notícias que tratam do Fome Zero e do Programa Leite Fome Zero, visto que esse último tem grande impacto na região norte e nordeste e trouxe dados importantes sobre o alcance do programa.

Das 11 notícias, 10 foram encontradas no site do MDS e apenas uma noutra mídia, no caso, “opinião” no jornal Valor Econômico. Diante disso, pode-se dizer que o Programa Bolsa Família foi pouco tratado na mídia no mês de junho de 2007, ao menos na mídia extra oficial, ou seja, a mídia “não ponto gov”.

Entre as notícias, três (3) dizem respeito a integração do PBF com dois outros programas sociais, PETI e Tarifa Social, através do Cadastro Único dos beneficiados. A integração PETI-Bolsa Família foi mencionada em dois artigos: “A meta é que todos os beneficiários recebam os recursos via Bolsa Família (desde que atendam aos critérios do programa) ou pelo cartão do PETI”. O programa PETI também executa ações sócio-educativas. “Para acompanhar as ações socioeducativas oferecidas nos Municípios, o MDS desenvolveu um sistema informatizado (SISPETI) que está sendo testado em cidades das cinco regiões do País para eventuais ajustes e posterior disponibilização *online* em todas as localidades brasileiras”. Também foi mencionado ao Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, elaborado pelas três esferas de governos, parlamentares, magistrados, promotores e fórum de representantes da sociedade civil. Outra notícia de caráter informativo em torno do Cadastro Único dos beneficiados por programas sociais é referente a Tarifa Social, definida pela Lei 10.438/02 com prazos estabelecidos pela Resolução 253/2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), informando sobre a integração entre o PBF e o programa do Ministério das Minas e Energia, que permite desconto na conta de luz entre 10% e 65%.

Como se pode observar, a integração dos programas sociais tem sido foco das notícias vinculadas as mídias estudadas, o que sugere que este tema está na pauta das ações governamentais. Noutra notícia, a integração da gestão do PBF foi tema de Seminário no Rio Grande do Norte, que teve por objetivo aperfeiçoar a interlocução entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social do Estado e dos Municípios. Nesse caso, o objetivo da integração é garantir a intersetorialidade no PBF.

Uma notícia do mês de junho mencionou os resultados da avaliação nutricional de crianças quilombolas e da pesquisa que verificou o impacto do PBF em relação a gasto domiciliar, educação e trabalho. “Em todo o País, a pesquisa mediu e pesou 2.941 crianças de 60 comunidades em 22 Estados durante a campanha de vacinação em agosto do ano passado”..(...)..a avaliação aponta que de cada dez crianças com até cinco anos de idade que vivem em comunidades quilombolas, uma está desnutrida”... (...)...Já a pesquisa junto aos beneficiários do PBF mostra que, nos lares atendidos pelo programa de transferência de renda do Governo Federal, as pessoas utilizam mais recursos em alimentação e vestuário infantil”.

A notícia “opinião” identificada na mídia do jornal Valor Econômico trata da reeleição do Presidente Lula. Foi a notícia de caráter mais analítico em torno do PBF no mês de junho e a única baseada numa pesquisa acadêmica. Ela comenta o estudo realizado pelos autores do artigo, e outros pesquisadores, que encontraram evidências que sugerem que o candidato Lula não foi reeleito em função exclusiva do PBF. O valor do estimador de municípios e população beneficiada pelo PBF não permite sugerir que esse tenha sido a chave para a compreensão da reeleição do Presidente Lula. Segundo os dados, Lula foi

mais votado nos municípios menos desenvolvidos do Brasil. Pela análise sua votação esteve inversamente relacionada com a renda *per capita* do município e diretamente com a taxa de mortalidade infantil, analfabetismo e desigualdade. “Ao que parece, o eleitor brasileiro percebeu que o primeiro governo Lula esteve comprometido com a estabilização dos preços. Nesse cenário, os eleitores optaram por votar no candidato que lhes pareceu mais comprometido com a continuação da redistribuição....(...)...É irônico que seu sucesso eleitoral seja o resultado de políticas econômicas antitéticas às promessas históricas do Partido dos Trabalhadores. Afinal, foi a política monetária conservadora e a maior integração com a economia internacional que ampliaram os ganhos dos mais pobres e permitiram a vitória nas urnas em 2006.”

Outra notícia do mês de junho mencionou a apresentação dos sistemas de gestão do PBF, em Buenos Aires, durante a Oficina Internacional “Direitos, Prestação de Contas e Transparência na Gestão de Programas Sociais”. O objetivo do evento foi comparar as experiências de gestão nos programas similares do Brasil, México e Argentina. Embora o princípio básico seja a transferência direta de renda com condicionalidades, as iniciativas dos três países incluem mecanismos distintos de prestação de contas e transparência, aliados a estratégias inovadoras. Essa notícia aponta que existe uma troca de informações entre países latino-americanos, o que poderá resultar em aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de políticas sociais nesses países.

Ainda em torno do sistema de Gestão do PBF, uma notícia do mês de junho informou do prazo de envio das informações pelas prefeituras sobre os beneficiários do PBF para os postos de saúde, prorrogada em função da greve dos funcionários do Departamento de Informática do SUS (Datasus). As cidades que deixaram de enviar os dados perderam, no mínimo, 25% do repasse mensal, realizado pelo MDS para apoiar a gestão municipal do PBF. O objetivo era que as Prefeituras que estavam atrasadas registrassem as informações sobre vacinação de crianças de zero a sete anos e sobre o acompanhamento de pré-natal para mulheres grávidas, durante o primeiro semestre de 2007.

Entre as demais notícias selecionadas está uma referente a apresentação do PFZ na primeira Conferência da América Latina e Caribe sobre Mensuração da Segurança Alimentar Domiciliar, evento ocorrido na cidade de Antioquia, na Colômbia. O PBF que beneficia 11 milhões de lares pobres no Brasil foi apresentado como carro chefe do Programa Fome Zero.

A título de curiosidade foram selecionadas duas notícias no mês de junho referentes ao Programa do Leite, que é uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Esse programa é operado por meio de convênios entre a Sesan, do MDS e os Governos Estaduais de nove Estados do Nordeste e de Minas Gerais (região Norte do Estado e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri). As notícias selecionadas tratavam da sétima Oficina de Controle Social do Programa do Leite, promovida pelo MDS, envolvendo produtores, beneficiários, governos estadual e federal. O mérito das oficinas ocorridas nos Estados atendidos pelo programa tem sido a ampliação do controle social e a inclusão de novos produtores familiares no programa. “Desde o início das oficinas, 8 mil novos pequenos produtores foram incluídos no Programa do Leite. Entre os resultados das oficinas está a formação de uma rede de controle social no programa, em parceria com os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional e movimentos sociais”. As notícias apontam o esforço do Governo Federal de ampliar o controle sobre suas políticas públicas, no caso, o Programa do Leite.

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Desconstruindo mitos: não foi o Bolsa Família - Cláudio Shikida, Ari Francisco e André Carraro – Valor Econômico – Opinião - 05/06/2007 | 5 |
| 2. Fome Zero é apresentado em conferência de segurança alimentar na Colômbia – MDS - 06/06/2007..... | 6 |
| 3. Gestores do Bolsa Família devem manter o cadastramento dos beneficiários da Tarifa Social – MDS - 06/06/2007 | 7 |
| 4. Integração Peti e Bolsa Família já cadastrou 871 mil crianças – MDS - 11/06/2007 | 8 |
| 5. Oficina do Leite Fome Zero reúne produtores pernambucanos – MDS - 12/06/2007 ... | 9 |
| 6. Governo confirma compromisso com erradicação do trabalho infantil – MDS – 13/06/2007 | 10 |
| 7. Programa do Leite tem 183 inscritos em oficina de controle social em Garanhuns (PE) – MDS - 14/06/2007 | 11 |
| 8. Diretora do MDS divulga, em Salvador (BA), resultados de avaliação nutricional quilombola e impacto do Bolsa Família – MDS - 15/06/2007 | 12 |
| 9. Gestão integrada do Bolsa Família é tema de encontro em Natal (RN) – MDS - 18/06/2007 | 13 |
| 10. Mecanismos de controle do Bolsa Família são apresentados na Argentina – MDS - 21/06/2007 | 13 |
| 11. Municípios podem enviar informações sobre saúde dos beneficiários do Bolsa Família até 13 de julho – MDS - 29/06/2007 | 14 |

1. Desconstruindo mitos: não foi o Bolsa Família - Cláudio Shikida, Ari Francisco e André Carraro – Valor Econômico – Opinião - 05/06/2007

No dia 29 de novembro de 2006, mais de 59 milhões de brasileiros votaram na reeleição do presidente Lula, a maior votação recebida por um presidente na história da democracia brasileira. Com base em dados estaduais, as primeiras análises dos resultados da eleição levaram muitos a acreditar que o candidato Lula havia ganhado especialmente nos lugares menos desenvolvidos do país. Essa evidência foi interpretada de forma distinta de acordo com as simpatias eleitorais de cada um. Para os eleitores do PT tal padrão seria o resultado de um governo voltado para os mais pobres do Brasil. Já a oposição entendeu esse padrão como o resultado das políticas paternalistas do governo e/ou sinal de que o candidato Lula era a escolha dos menos instruídos, do Brasil arcaico. Outros ainda enfatizaram o caráter geográfico entre os que apoiaram ou não a reeleição do presidente, sugerindo uma cisão norte-sul no país. O que determinou efetivamente a reeleição à Presidência do candidato Lula?

As respostas fornecidas por especialistas podem ser divididas em dois grupos. O primeiro elege o uso de políticas sociais, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF), como determinante da reeleição do candidato Lula. O segundo grupo associa a reeleição de Lula a fatores econômicos. Vejamos cada uma dessas hipóteses em separado.

O PBF faz parte do grupo de "Cash Transfer Programs" que se disseminou na América Latina a partir da década de 90. Herdeiro de programas já existentes no governo FHC, o PBF, com o apoio do Banco Mundial, tornou-se a mais importante política social do governo Lula. Em termos efetivos, a dimensão do PBF que mais teve destaque foi, sem dúvida, a transferência direta de renda. Qual é o efeito eleitoral de um programa deste tipo? A literatura sobre o caso do México é bem mais abundante do que a brasileira. Os resultados encontrados são ambíguos. Em alguns casos, há evidências de que a adoção dessas políticas influiu no resultado eleitoral e em outros casos isso não ocorreu. Na eleição de 2006, a hipótese levantada foi o uso eleitoral de um programa de governo para a obtenção de votos que garantisse a vitória do candidato Lula, se possível ainda no primeiro turno. Seria uma versão moderna da mesma prática característica dos anos 70 que ficou conhecida pelo seguinte refrão popular: "onde a Arena vai mal, bota um time no campeonato nacional".

No tocante às explicações econômicas, vale atentar para mudanças na economia brasileira que podem ter contribuído para a vitória de Lula. Dados revistos pelo IBGE mostram que o crescimento do PIB, apesar de longe de espetacular, foi maior do que se acreditava. No primeiro governo Lula, o PIB cresceu 3,3% ao ano, ao invés dos 2,6% ao ano da série de dados original. Apesar de ainda baixa, essa taxa de crescimento foi quase um ponto percentual superior ao governo anterior, de FHC. Em 2006, o PIB cresceu 3,7%. Parte desse desempenho foi estimulado pelo notável crescimento das exportações brasileiras, que quase duplicaram no período, passando de US\$ 73 bilhões para US\$ 137,5 bilhões. Motivado pelo aquecimento da demanda mundial, esse boom exportador teve possivelmente efeitos eleitorais. Haveria assim, uma cadeia causal por meio da qual o aumento das exportações levaria a um aumento dos salários reais dos mais pobres, os quais, reconhecendo seus ganhos de bem-estar, apoiariam Lula.

É irônico que sucesso em 2006 seja o resultado de políticas econômicas contrárias a promessas do Partido dos Trabalhadores

Em estudo realizado pelos autores deste artigo e outros pesquisadores (Carraro, A. & Araujo Jr., A.F. & Damé, O.M. & Monasterio, L.M. & Shikida, C.D. "É a economia, companheiro!: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais"), foram encontradas evidências que sugerem que o candidato Lula foi mais votado nos municípios menos desenvolvidos do Brasil. A análise sugere que sua votação esteve inversamente relacionada com a renda per capita do município e diretamente com a taxa de mortalidade infantil, analfabetismo e desigualdade.

Apesar dessas características representarem os municípios potencialmente mais favorecidos pela verba do PBF, os resultados mostraram a existência de uma fraca evidência de impacto positivo do programa na eleição. Mesmo se significativo fosse, o valor do estimador seria bem menor do que o necessário para que o Bolsa Família fosse a chave para a compreensão da eleição de Lula. Por outro lado, não houve evidência de que o aumento das exportações estaduais estaria ligado com uma maior votação do candidato Lula.

Se essas duas hipóteses não parecem suficientes para explicar o fenômeno em questão, resta ver a hipótese que os ganhos de bem-estar dos mais pobres teria sido o responsável pela eleição de Lula. Tomando-se a variação dos índices de preço, é notável a diferença nestes de acordo com as faixas de rendas consideradas. Observando o período entre a posse de Lula em janeiro de 2003 e as eleições ocorridas em 2005, o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), que considera as rendas das famílias até 40 salários mínimos, aumentou 24%. No mesmo intervalo, o preço da cesta básica calculado pelo Dieese teve aumentos bem menores: nas capitais do Rio Grande do Sul e de São Paulo esse indicador teve uma elevação de 8,5% e 10,4%. Em Recife e Fortaleza, a cesta básica teve uma variação nesse período de 4% e -3%, respectivamente. Considerando-se o segundo turno, Lula recebeu em Pernambuco 82% dos votos, e no Ceará, 75%.

Ao que parece, o eleitor brasileiro percebeu que o primeiro governo Lula esteve comprometido com a estabilização dos preços. Nesse cenário, os eleitores optaram por votar no candidato que lhes pareceu mais comprometido com a continuação da redistribuição. Essa gratidão, contudo, não foi totalmente merecida. As mudanças estruturais e educacionais que amenizaram a concentração de renda já estavam em curso quando Lula chegou ao poder e foram ampliadas graças a uma economia mundial em ótimo momento. É irônico que seu sucesso eleitoral seja o resultado de políticas econômicas antitéticas às promessas históricas do Partido dos Trabalhadores. Afinal, foi a política monetária conservadora e a maior integração com a economia internacional que ampliaram os ganhos dos mais pobres e permitiram a vitória nas urnas em 2006.

Cláudio Shikida é professor de economia do Ibmecc.

Ari Francisco de Araujo Jr. é professor de economia do Ibmecc.

André Carraro é professor adjunto do curso de economia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

2. Fome Zero é apresentado em conferência de segurança alimentar na Colômbia – MDS - 06/06/2007

Conjunto de ações que terá R\$ 13,3 bilhões em investimento durante este ano, o Fome Zero, que reúne mais de 30 programas do Governo Federal, é um dos destaques da primeira Conferência na América Latina e Caribe sobre Mensuração da Segurança Alimentar

Domiciliar, evento que acontece na cidade de Antioquia, na Colômbia. Os resultados dessa estratégia brasileira serão apresentados pela diretora interina de Avaliação e Monitoramento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Leonor Pacheco, na próxima sexta-feira (08/06), às 14 horas (16 horas em Brasília). Os investimentos possibilitam que mais famílias tenham acesso à alimentação, promovem a geração de trabalho e renda e melhoram a qualidade de vida nas regiões mais pobres do Brasil. O volume de recursos de 2007 é 114% maior que o valor executado em 2003 (R\$ 6,2 bilhões). O Bolsa Família, carro-chefe do Fome Zero, está presente em 11 milhões de lares pobres. Além disso, o Governo Federal ampliou os recursos destinados à alimentação escolar, ao fortalecimento da agricultura familiar e à garantia de água na região do Semi-Árido. Outras iniciativas foram a criação de uma rede de proteção social e aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

3. Gestores do Bolsa Família devem manter o cadastramento dos beneficiários da Tarifa Social – MDS - 06/06/2007

O prazo para os consumidores entre 161 e 220 KWh de energia comprovarem a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais – que terminaria em 31 de maio – está suspenso temporariamente pela Justiça, mas o cadastramento continua. Com a suspensão do prazo, os consumidores manterão o desconto na conta de luz, mesmo sem comprovar o cadastramento junto às concessionárias, até que a Ação Civil Pública seja julgada. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) orienta os gestores municipais a não interromperem o cadastramento dessas famílias. As regras de acesso à Tarifa Social foram definidas pela Lei 10.438/02 e os prazos estabelecidos pela Resolução 253/2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A iniciativa representa a integração entre o Bolsa Família e o programa do Ministério das Minas e Energia, que permite desconto na conta de luz entre 10% e 65%.

Além da inscrição no Cadastro Único, base de dados utilizada pelo Bolsa Família, os consumidores precisam comprovar renda mensal de até R\$ 120,00 por integrante da família. O objetivo das novas exigências é melhorar a focalização do benefício da Tarifa Social na população pobre.

A comprovação dos beneficiários junto às concessionárias deve ser feita com a apresentação do Relatório Analítico de Municípios ou da declaração Municipal de Inscrição no Cadastro Único, gerados pelo gestor do Bolsa Família. Os beneficiários do programa de transferência de renda precisam apresentar o cartão, acompanhado do extrato de pagamento do último ou penúltimo mês e documento de identidade. Caso o nome na conta de luz seja diferente do responsável pelo recebimento do Bolsa Família é necessário apresentar à empresa de energia o relatório analítico, desde que o titular da conta esteja na relação de integrantes familiar no cadastro.

Para os consumidores que gastam entre 80kWh e 160kWh por mês, o cadastramento ou a apresentação do relatório ou cartão à concessionária deve ser feito até 30 de setembro. O desconto é automático para aqueles que estão na faixa de consumo médio mensal de até 80kWh, em ligação monofásica.

4. Integração Peti e Bolsa Família já cadastrou 871 mil crianças – MDS - 11/06/2007

Até maio deste ano, 871.753 crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) já haviam sido incluídos no Cadastro Único dos programas sociais. A medida faz parte do processo de integração dos programas PETI e Bolsa Família para melhorar a gestão dos recursos, agilizar a transferência de renda aos beneficiários, universalizar o acesso às atividades socioeducativas e evitar duplicidade de ações. Do total de cadastrados, 679.473 recebem via Bolsa Família, 112.493 recebem por meio do cartão do PETI e 80.777 por intermédio da Prefeitura. A meta é que todos os beneficiários recebam via Bolsa Família (desde que atendam aos critérios do programa) ou pelo cartão do PETI. Com o cadastramento, o número de Municípios atendidos pelo PETI saltou de 2.788 para 3.388, um aumento de 21,5%.

Pelas regras da integração, todas as crianças em situação de trabalho, que vivem em famílias com renda per capita de até R\$ 120, receberão o benefício por meio do Bolsa Família. Já aquelas que tiverem renda superior a esse limite, desde que incluídas no Cadastro Único, terão acesso ao auxílio financeiro por meio do Cartão PETI. Os recursos para as atividades socioeducativas, oferecidas no turno em que a criança não está na escola, continuam sendo destinados às Prefeituras. Este ano, serão R\$ 316 milhões. Para investir mais nestas ações, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) definiu em R\$ 20 o valor mensal, por criança, destinado aos Municípios. Antes, eram R\$ 20 para a zona urbana e R\$ 10 na área rural. A integração, iniciada em 2006 em parceria com Estados e Municípios, é uma das iniciativas do MDS para contribuir com a erradicação da presença de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. A secretária-executiva do Ministério, Márcia Lopes, informou que todas as crianças em situação de trabalho localizadas pelas Prefeituras, pelos conselhos tutelares ou pelo Ministério Público serão incluídas imediatamente no PETI. "Essas crianças não devem trabalhar. Devem estudar, brincar e participar das atividades socioeducativas", ressaltou.

Márcia Lopes disse que os recursos do orçamento para este ano permitem que o PETI chegue a 1,5 milhão de crianças. "Podemos aumentar esses valores se mais crianças forem identificadas e cadastradas", acrescentou. Mas, ao reconhecer que o PETI sozinho não resolverá o problema, a secretária-executiva destacou que o objetivo de erradicar o trabalho infantil deve se assumido pelos governos, sociedade, empresários, organizações e famílias. "Todos têm a responsabilidade de acolher e encaminhar essas crianças", enfatizou. Monitoramento - O Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, nesta terça-feira (12/06), marca a luta dar fim ao problema, numa mobilização permanente dos gestores públicos e sociedade. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (Pnad/2005), 2,9 milhões de crianças de 5 a 15 anos estão expostas ao trabalho.

A secretária nacional de Assistência Social do MDS, Ana Lúcia Gomes, avalia que, apesar dos avanços alcançados, principalmente no combate às formas mais degradantes do trabalho infantil, como nas carvoarias e mineradoras, "ainda possuímos, com destaque na agricultura e no trabalho doméstico, contingentes de crianças e adolescentes em situação de trabalho. São núcleos familiares com traços culturais que resistem à mudança de valores arraigados na sociedade como, por exemplo, de que trabalho faz bem e educa a criança". Para acompanhar as ações socioeducativas oferecidas nos Municípios, o MDS desenvolveu um sistema informatizado (SISPETI) que está sendo testado em cidades das cinco regiões

do País para eventuais ajustes e posterior disponibilização *online* em todas as localidades brasileiras. O sistema possibilitará colher dados qualitativos a partir de informações fornecidas pelos Municípios, possibilitando melhor gerenciamento do programa. No sentido de ampliar o monitoramento do PETI, o Ministério também encomendou ao IBGE um suplemento específico da Pnad sobre o trabalho infantil. "Assim podemos enxergar com mais clareza e compreensão este fenômeno, que é complexo", explica a secretária Ana Lígia Gomes.

Número de crianças e adolescentes do Peti no Cadastro Único por Estado:

AC - 13.887
AL - 26.938
AM - 13.746
AP - 3.220
BA - 93.821
CE - 23.673
DF - 2.775
ES - 10.787
GO - 62.428
MA - 77.062
MG - 46.020
MS - 25.398
MT - 16.957
PA - 31.139
PB - 46.506
PE - 105.100
PI - 30.341
PR - 41.295
RJ - 24.759
RN - 37.192
RO - 14.200
RR - 9.615
RS - 12.070
SC - 27.136
SE - 32.731
SP - 30.470
TO - 12.537

5. Oficina do Leite Fome Zero reúne produtores pernambucanos – MDS - 12/06/2007

Confirmada para quarta-feira e quinta-feira (13 e 14/06), em Garanhuns, Pernambuco, a Oficina de Controle Social do Programa do Leite, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Produtores, beneficiários, governos estadual e federal estarão reunidos para discutir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), modalidade Leite - ou Leite Fome Zero, como é mais conhecido. O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, e a equipe técnica do Programa em Brasília estarão presentes. Estão previstas ainda as presenças de representantes do Conselho Estadual de Segurança

Alimentar, Secretarias de Agricultura e Reforma Agrária, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário e Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

As oficinas do leite são realizadas pelo MDS desde 2006 nas localidades que fazem parte do programa do Governo Federal – Estados do Nordeste e região norte de Minas Gerais. O objetivo é garantir a distribuição diária de um litro de leite para famílias pobres. Os encontros já aconteceram na Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Ceará e Alagoas.

Em Pernambuco, o Programa do Leite compra o produto fornecido por 1.670 produtores. Eles são responsáveis pela produção de 82 mil litros de leite, diariamente, em 147 Municípios do Estado. Em todo o País, 1.254 cidades são beneficiadas pela distribuição de 705.057 litros de leite de vaca e 17.390 litros de leite de cabra, adquiridos por cerca de 25 mil produtores e entregues a mães nutrízes, gestantes, idosos e crianças até seis anos de idade em creches, escolas e instituições de assistência social. O investimento do Governo, em 2006, foi R\$ 146 milhões.

6. Governo confirma compromisso com erradicação do trabalho infantil – MDS – 13/06/2007

Ao participar, nesta quarta-feira (13/06), de audiência pública no Senado Federal, a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, reiterou o compromisso do Governo Federal com a prevenção e o combate ao trabalho infantil. "Vamos universalizar o atendimento das crianças que ainda trabalham e criar condições de prevenir esse problema", afirmou a secretária, destacando que todos os meninos e meninas encontrados em situação de trabalho devem ser cadastrados pelos Municípios para serem imediatamente incluídos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A solenidade, organizada pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), avaliou a implantação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, elaborado pelas três esferas de governos, parlamentares, magistrados, promotores e fórum de representantes da sociedade civil. No que se refere ao MDS, cerca de 57% das metas já foram cumpridas. Márcia Lopes lembrou que o Governo Federal nunca contingenciou recursos do Ministério relacionados à criança.

A secretária-executiva também mencionou o convênio com o Ministério Público do Trabalho e as campanhas junto aos gestores municipais para ampliar o combate ao trabalho infantil, mas ressaltou a necessidade de envolvimento de toda a sociedade. "Precisamos entender que só o PETI não resolverá o problema, que deve ser assumido por todas as instâncias de governo, sociedade, empresários, organizações e famílias. Todos têm a responsabilidade de acolher e encaminhar essas crianças", reforçou.

Márcia Lopes falou ainda sobre o esforço do MDS em integrar os programas por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, que agiliza o repasse dos recursos federais, valoriza as realidades locais e centraliza as ações na família. "Se não integrar, as ações continuaram fragmentadas nos Municípios e são as famílias que sofrem com isso", ressaltou ela, ao defender a integração do PETI e do Bolsa Família, medida que já incluiu 871.753 crianças e adolescentes do PETI no Cadastro Único dos programas sociais e possibilitou o aumento do número de Municípios atendidos de 2.788 para 3.388.

O MDS, informou Márcia Lopes, desenvolveu um sistema informatizado (SISPETI), que recolherá dados qualitativos a partir de informações fornecidas pelos Municípios, possibilitando melhor gerenciamento do programa. A secretária-executiva também declarou que o MDS encomendou ao IBGE um levantamento específico sobre o trabalho infantil.

Na solenidade, estiveram presentes várias crianças que deixaram o trabalho. Além de senadores, deputados, dirigentes do MDS, a solenidade também teve a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, das confederações dos Trabalhadores na Agricultura, do Comércio e da Agricultura e Pecuária, do Ministério Público e da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

7. Programa do Leite tem 183 inscritos em oficina de controle social em Garanhuns (PE) – MDS - 14/06/2007

Termina nesta quinta-feira (14/06), em Garanhuns, no agreste pernambucano, a sétima Oficina de Controle Social do Programa do Leite do Governo Federal. O programa beneficia pequenos produtores de leite numa ponta e a população vulnerável à insegurança alimentar na outra. Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. Em 2006 foram beneficiadas 700 mil famílias em mais de 1.200 Municípios nos Estados do Nordeste e no Norte de Minas Gerais. A oficina de Garanhuns, cidade pólo da Bacia Leiteira de Pernambuco, a 22 km da capital Recife, começou na quarta-feira (13) e teve 183 inscritos, representantes tanto de produtores, como de entidades que atuam na distribuição do produto, além de gestores regionais. Na avaliação do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), Onaur Ruano, e da assessora de Mobilização da Sesan, Zorilda Gomes de Araújo, o grande mérito das oficinas tem sido exatamente a ampliação do controle social do programa e a inclusão de novos produtores familiares que se enquadram no perfil exigido pelo programa, aqueles que tenham produção diária de até 100 litros. Desde o início das oficinas, 8 mil novos pequenos produtores foram incluídos no Programa do Leite, também conhecido como Leite Fome Zero. Zorilda diz que os resultados das oficinas também estão formando uma rede de controle social no programa, em parceria com os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional e movimentos sociais. O secretário Onaur Ruano tem insistido, nas reuniões plenárias pelos Estados, que os resultados práticos estão aparecendo e que mais e mais pequenos produtores estão sendo beneficiados. Ele dá como exemplo o programa na Paraíba, que simplesmente dobrou o números de produtores beneficiados. E também destaca o aumento do número de produtores com média de 30 litros/dia, prioritários no programa. O Programa do Leite é uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). É operado por meio de convênios entre a Sesan, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e os Governos Estaduais. O MDS é responsável por garantir entre 80% e 85% do valor total do convênio e os governos estaduais aportam uma contrapartida entre 15% e 20% do valor do valor total. O Programa do Leite possui dois focos principais: os segmentos populacionais vulneráveis, que recebem o leite gratuitamente, e os pequenos produtores familiares. Entretanto, para ser um beneficiário do Programa, alguns critérios precisam ser respeitados. As famílias

precisam possuir renda per capita de, no máximo, meio salário mínimo e ter entre seus membros: crianças com até 6 anos; nutrizes até 6 meses após o parto; gestantes a partir da constatação da gestação pelo Posto de Saúde; idosos a partir de 60 anos de idade; outros, desde que autorizados pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Para o pequeno agricultor familiar, que terá a garantia de compra do seu produto a preço fixo, as exigências são: produzir no máximo 100 (cem) litros de leite ao dia, sendo dada prioridade para os que produzam uma média de 30 (trinta) litros/dia; respeitar o limite financeiro semestral de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por produtor beneficiado; possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF, enquadrado entre as categorias de "A" a "E"; realizar a vacinação dos animais. Atualmente, o Programa do Leite atende aos nove Estados do Nordeste e a Minas Gerais (região Norte do Estado e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri). Desde 2003, os investimentos do MDS já ultrapassam os 400 milhões de reais. São beneficiadas cerca de 700 mil famílias diariamente e mais de 19 mil produtores.

8. Diretora do MDS divulga, em Salvador (BA), resultados de avaliação nutricional quilombola e impacto do Bolsa Família – MDS - 15/06/2007

A diretora de Avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Leonor Pacheco, apresenta nesta segunda-feira (18/06), em Salvador (BA), os resultados da avaliação nutricional de crianças quilombolas e também os resultados da pesquisa que verificou o impacto do Bolsa Família em relação a gasto domiciliar, educação e trabalho. O evento é promovido pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na Bahia, sete comunidades quilombolas participaram da avaliação nutricional, feita por amostragem: Galeão, no Município de Cairu; Barreiro dos Negros, em Itaguaçu da Bahia; Jenipapo, em Malhada; Barra dos Negros, em Morro do Chapéu; Monte Vidinha, em Santa Maria da Vitória; Mangal Barro Vermelho, em Sítio do Mato, e Nova Esperança, em Wenceslau Guimarães. Em todo o País, a pesquisa mediu e pesou 2.941 crianças de 60 comunidades em 22 Estados durante a campanha de vacinação em agosto do ano passado. Levantamento inédito realizado no Brasil, a avaliação aponta que de cada dez crianças com até cinco anos de idade que vivem em comunidades quilombolas, uma está desnutrida. De acordo com os dados, 11,6% dos meninos e meninas destas localidades apresentam déficit de altura para a idade, principal índice de aferição da desnutrição. O levantamento traçou ainda o perfil socioeconômico dessa população e mostrou a influência da renda e escolaridade nos indicadores e o elevado percentual de crianças que fazem pelo menos três refeições por dia.

Pelo questionário respondido pelas famílias foi possível identificar que 97% das crianças com até 11 anos de idade fazem pelo menos três refeições por dia. No meio dos adultos, esse índice é de 92%. Dos entrevistados, 52% declararam receber o Bolsa Família. **Bolsa Família** - Já a pesquisa junto aos beneficiários do Bolsa Família mostra que, nos lares atendidos pelo programa de transferência de renda do Governo Federal, as pessoas utilizam mais recursos em alimentação e vestuário infantil. Nestas moradias, as crianças frequentam mais o sistema de ensino e abandonam menos a escola. As famílias também trabalham mais. Na Bahia, 1,4 milhão de famílias são atendidas pelo programa. As informações foram recolhidas junto às famílias em situação de pobreza (renda mensal de até R\$ 100 per capita) e de extrema pobreza (até 50 per capita). Em relação aos gastos com alimentos, a pesquisa revelou que entre os beneficiários do programa na situação de

extrema pobreza, essa despesa anual foi R\$ 388,22 a mais do que nas famílias ainda não atendidas pelo Bolsa Família, o que representa um acréscimo de 35%". O levantamento destacou ainda um diferencial quanto os gastos de vestuários infantis. No País, quem recebe o Bolsa Família utilizou entre R\$ 16,12 e R\$ 31,94 a mais com esses itens do que os não beneficiários. Os resultados são mais relevantes nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

A permanência das crianças na escola também é ressaltada na pesquisa. Entre os meninos e meninas de 7 a 14 anos atendidos pelo Bolsa Família, a taxa de frequência escolar é 3,6 pontos percentuais acima da observada no conjunto dos não beneficiários. No público feminino, esta diferença chega a 6,5 pontos percentuais, e no Nordeste é ainda maior: 7,1 pontos percentuais.

9. Gestão integrada do Bolsa Família é tema de encontro em Natal (RN) – MDS - 18/06/2007

O Governo do Rio Grande do Norte promove, nesta terça-feira (19/06), o Seminário de Aperfeiçoamento da Gestão Integrada do Programa Bolsa Família, em Natal. O objetivo é articular a interlocução entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social do Estado e dos Municípios. Após a abertura do evento, às 9 horas, haverá uma palestra da secretária nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rosani Cunha.

Titular da secretaria responsável pela gestão do Bolsa Família, Rosani Cunha vai destacar "O papel do Estado e dos Municípios no Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e a Implementação do Programa Bolsa Família. O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do País, transfere R\$ 19,4 milhões a 306,4 mil famílias no Rio Grande do Norte. No Brasil, atende a quase 11 milhões de famílias.

10. Mecanismos de controle do Bolsa Família são apresentados na Argentina – MDS - 21/06/2007

Os sistemas de gestão do Bolsa Família, que garantem ao programa controle em sua execução e a melhor focalização na população pobre – segundo estudo do Banco Mundial – serão apresentados nesta quinta (20) e sexta-feira (22/06) em Buenos Aires, durante a Oficina Internacional "Direitos, Prestação de Contas e Transparência na Gestão de Programas Sociais". O objetivo do encontro é comparar as experiências de gestão nos programas similares do Brasil, México e Argentina. Embora o princípio básico seja a transferência direta de renda com condicionalidades, as iniciativas dos três países incluem mecanismos distintos de prestação de contas e transparência, aliados a estratégias inovadoras. No caso do Bolsa Família, a lista dos beneficiários é disponibilizada na internet para consultas. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na oficina, Antônio Carlos Oliveira Junior, diretor de Operação da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, destaca os mecanismos de investigação e a prestação de contas do Bolsa Família, que atende 11 milhões de famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 120,00. A oficina na Argentina é promovida pelo Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Igualdade e o Crescimento.

11. Municípios podem enviar informações sobre saúde dos beneficiários do Bolsa Família até 13 de julho – MDS - 29/06/2007

O prazo para o envio das informações do atendimento dos beneficiários do Bolsa Família nos postos de Saúde foi prorrogado até **13 de julho**. A ampliação do prazo ocorreu devido à greve dos funcionários do Departamento de Informática do SUS (Datasus), responsáveis pela manutenção do Sistema de Gestão da Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), no qual os dados de acompanhamento dos beneficiários são inseridos pelos Municípios. O novo prazo vai permitir que as Prefeituras que estavam atrasadas registrem informação sobre vacinação de crianças de zero a sete anos e sobre o acompanhamento de pré-natal para mulheres grávidas, durante o primeiro semestre de 2007. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) alerta os Municípios que ainda não acessaram o sistema, sobre a necessidade do envio das informações até o dia **13 de julho**. Esses dados são essenciais para que os filhos das 11 milhões de famílias atendidas pelo programa tenham melhores condições de vida no futuro. As informações sobre o acompanhamento dos beneficiários precisam ser registradas no sistema do Ministério da Saúde no endereço: <http://sisvan.datasus.gov.br> ou www.saude.gov.br/nutricao. As cidades que deixarem de enviar os dados vão perder, no mínimo, 25% do repasse mensal, realizado MDS para apoiar a gestão municipal do Bolsa Família.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

